



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO ORLANDO SILVA

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

REQUERIMENTO Nº de 2021
(Do Sr. Orlando Silva)

Solicito que seja convocado o Sr. Ministro da Saúde - Marcelo Queiroga a fim de prestar esclarecimentos sobre a Nota Informativa nº 1/2021-SECOVID/GAB/SECOVID/MS e matérias veiculadas sobre o tema.

Senhor Presidente

Requeiro a V. Ex^a, com base no art. 58, § 2º, III da Constituição Federal e na forma do art. 219, § 1º, do Regimento Interno, ouvido o plenário desta comissão, se digne adotar as providências necessárias à convocação do Ministro de Estado da Saúde, o Senhor Marcelo Queiroga, a fim de prestar esclarecimentos sobre a Nota Informativa nº 1/2021-SECOVID/GAB/SECOVID/MS de 15 de setembro de 2021 e matérias veiculadas sobre o tema nas quais é possível exprimir as seguintes declarações: Ministro Marcelo Queiroga – “Então o que o Ministério da Saúde fez na Nota Técnica 40 da SECOVID retirou os adolescentes sem comorbidades. O senhor tem conversado comigo esse tema e nós fizemos uma revisão detalhada no Banco de Dados do DATASUS” e, do Senhor Presidente da República Jair Messias Bolsonaro – “A minha conversa com o Queiroga não é uma imposição, eu levo pra ele o meu sentimento, o que eu leio, o que vejo, o que chega ao meu conhecimento [...]”, que afrontam o Direito à Saúde garantido pela Constituição através do art. 6º e do art. 196.

JUSTIFICATIVA

É conhecido o fato de que a pandemia causada pelo vírus COVID-19 afetou todas as nações em seus diversos aspectos e o Brasil não está longe desta realidade, principalmente no que diz respeito à saúde, área que necessita de extrema atenção constantemente aprimoramento parte dos entes governamentais.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Orlando Silva
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD214809845600>



A atual conjuntura política ameaça a o Direito á Saúde, garantido constitucionalmente, uma vez que, o cenário de desmonte das políticas públicas da saúde, assim como o arbitrarismo do Senhor Presidente da República, tem causado instabilidades e contribuído para o desmazelo da saúde pública no país.

Nesse sentido, a conduta recorrente do atual Ministro de Estado da Saúde o Senhor Marcelo Queiroga, ao subsidiar suas decisões em meras especulações do Senhor Presidente Jair Bolsonaro, pautando-se em informações que contrariam as recomendações dos órgãos mundiais de saúde, que não possuem embasamento técnico científico cria desespero em toda a população brasileira causando desesperança diante do cenário pandêmico e ignorando os avanços ciência.

É recorrente no âmbito do Governo do Senhor Presidente Jair Messias Bolsonaro, a edição de atos, normas, medidas provisórias de caráter inoportuno e inconveniente, além de inconstitucional, pois fere o art. 196 da CF/88 que preconiza a saúde como “direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

O ato de retirar arbitrariamente o direito de vacina aos adolescentes de modo geral é apenas mais um ato que fere os princípios da moralidade, da dignidade da pessoa humana, que visa dar continuidade no projeto genocida desse governo.

Diante da gravidade recorrente das declarações e de atos desprovidos e desproporcionais, esta comissão, bem como o Parlamento não pode ignorar a gravidade do assunto, por considerar um desrespeito a princípios constitucionalmente assegurados que o seja convocado Ministro Marcelo Queiroga para que ele preste os devidos esclarecimentos frente aos fatos denunciados.

Nesses termos, pede-se deferimento da referida solicitação.

Sala da comissão, 17 de setembro de 2021.

ORLANDO SILVA
PCdoB /SP

